

Congresso começa a rever os regimentos

A liderança do PMDB na Câmara e o senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), particularmente, já iniciaram um estudo para detalhar e comparar os regimentos internos das duas Casas em relação às alterações que estes documentos irão sofrer com a promulgação da Constituição. Ontem, no entanto, quatro assessores da Mesa do Senado, encarregados por ato do 1º secretário a realizar o mesmo levantamento das mudanças regimentais, foram impedidos de trabalhar por falta de material. Eles reclamaram das ordens do relator Bernardo Cabral, dadas ao diretor do Prodasen, para não fornecer o texto corrigido, a não ser aos membros da Comissão de Redação e às lideranças partidárias.

O senador e o deputado Nélson Jobim (PMDB-RS), designado coordenador de seu grupo, dispõem de todo material necessário e só precisam de tempo para intensificar este trabalho. Por enquanto, eles estão envolvidos pelas atividades finais da Constituinte, sobre o texto da nova Carta. Jobim, há uma semana, solicitou a sua assessoria exemplares de vários Regimentos e se prepara para enumerar metodicamente todas as alterações previstas com a promulgação da Constituição. Com ele trabalharão os deputados Egidio Ferreira Lima, Luiz Henrique, Michel Temer, Jorge Medauar, Antônio Maris e José Ulisses. O levantamento do grupo, segundo explicou o líder do PMDB, Ibsen Pinheiro, irá

fornecer as sugestões da bancada para as mudanças necessárias ao Regimento da Câmara, que posteriormente serão articuladas com os demais partidos através de uma comissão que deve ser designada pelo presidente Ulysses Guimarães.

As alterações regimentais devem se dar em duas etapas. A primeira, a curto prazo, para atender às novas disposições constitucionais imediatamente após a promulgação da Carta. O senador Jarbas Passarinho acredita que estas mudanças iniciais possam se dar através de Projetos de Resolução, adaptando os regimentos em vigor até que uma medida mais ampla leve à elaboração de novos regimentos.

O certo é que, como ressaltou Ibsen Pinheiro, não será possível às duas Casas legislarem a partir da promulgação da Constituição sem uma redefinição de seus instrumentos de trabalho, que são os regimentos internos. O secretário-geral da Câmara, Paulo Afonso Martins, também é a favor de uma reformulação geral das normas regimentais, "para não emparar a parte legislativa". Outras lideranças devem tomar a iniciativa de começar, ainda esta semana, estudos preliminares sobre as alterações dos regimentos. No Senado, os assessores da Mesa, mesmo sem as cópias da nova redação do texto constitucional, começam a relacionar os pontos de conflito entre as duas legislações.

CORREIO BRAZILEIRO SET 1988